



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCESSÕES E PROJETOS

CPI/1/2021-DRE

CONCURSO PÚBLICO

**“RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS
SALÕES E DO BARREIRO - PONTA DO SOL.
FISCALIZAÇÃO”**

PROGRAMA DE CONCURSO



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 49.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP):

- TODAS AS REFERÊNCIAS A NORMAS/HOMOLOGAÇÕES E A ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DEVEM SER CONSIDERADAS, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, ACOMPANHADAS DA MENÇÃO «OU EQUIVALENTE»;
- AS REFERÊNCIAS A DETERMINADO FABRICO OU PROVENIÊNCIA, A PROCEDIMENTO ESPECÍFICO QUE CARACTERIZE PRODUTOS OU SERVIÇOS PRESTADOS POR DETERMINADO FORNECEDOR, OU A MARCAS COMERCIAIS, PATENTES, TIPOS, ORIGENS OU MODOS DE PRODUÇÃO NAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DEVEM SER CONSIDERADAS, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, ACOMPANHADAS DA MENÇÃO «OU EQUIVALENTE».



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

ÍNDICE

1.	IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO	1
2.	ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	1
3.	ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS	1
4.	AGRUPAMENTOS.....	1
5.	DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA.....	2
6.	ASSINATURA ELETRÓNICA	4
7.	PROPOSTAS VARIANTES.....	5
8.	NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS	5
9.	CAUÇÃO.....	5
10.	PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	5
11.	PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	6
12.	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO.....	6
13.	CRITÉRIOS DE DESEMPATE.....	6
14.	POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DO AJUSTE DIRETO.....	7
15.	PREÇO ANORMALMENTE BAIXO	7
16.	ADJUDICAÇÃO E ENTREGA DE DOCUMENTOS.....	7
17.	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO	8
18.	PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO E PARA A SUPRESSÃO DE IRREGULARIDADES DOS MESMOS	11
19.	ELEMENTOS DE PROJETO	11
20.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	11



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

ANEXOS

- ANEXO 1** MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL
- ANEXO 2** MODELO DE DECLARAÇÃO (ANEXO II-M)
- ANEXO 3** MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHADORES IMIGRANTES
- ANEXO 4** MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DOS MEMBROS DA EQUIPA TÉCNICA
- ANEXO 5** TERMO DE RESPONSABILIDADE DO DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DE OBRA



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

O presente procedimento reveste a forma de Concurso Público, nos termos do disposto nos artigos 130.º a 154.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), conjugado com o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, e tem por objeto a adjudicação da prestação de serviços de “Reconstrução da ER 209 entre os Sítios dos Salões e o Barreiro – Ponta do Sol. Fiscalização”.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A entidade adjudicante é a Região Autónoma da Madeira, através da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas – Direção Regional de Estradas, tendo a decisão de contratar sido tomada por sua Excelência o Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas.

3. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do procedimento.

4. AGRUPAMENTOS

- 4.1 Ao presente Concurso poderão apresentar-se Agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 4.2 As empresas agrupadas serão responsáveis perante a Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, através da Direção Regional de Estradas, pela manutenção da sua proposta, com as legais consequências. Qualquer alteração na composição do Agrupamento terá de ser autorizada previamente pela Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, através da Direção Regional de Estradas, sob pena de exclusão, em qualquer fase do procedimento.
- 4.3 Todas as empresas constituintes de Agrupamento têm de apresentar os documentos de habilitação, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º da Portaria 372/2017, de 14 de dezembro.
- 4.4 Os membros de um Agrupamento Concorrente não podem ser simultaneamente Concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro Agrupamento Concorrente.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

- 4.5 No caso de a adjudicação ser feita a um Agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade Agrupamento Complementar de Empresas ou Consórcio Externo em Regime de Responsabilidade Solidária, devendo, até à data da assinatura do contrato, apresentar os seguintes documentos:

MODALIDADE DE AGRUPAMENTO COMPLEMENTAR DE EMPRESAS:

- Cópia do Contrato de ACE, de acordo com a Lei n.º 4/73, de 4 de junho, e com o Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto, e certidão do registo comercial.

MODALIDADE DE CONSÓRCIO EXTERNO EM REGIME DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA:

- Cópia do Contrato de Consórcio, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

- 4.6 Quando for o caso, cada uma das Empresas que integram o Agrupamento deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, uma declaração feita por forma autêntica no país onde tenham sede, de que se submetem à legislação portuguesa e ao foro do Tribunal Português que for competente, com expressa renúncia a qualquer outro. Para o presente efeito será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal.

5. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

- 5.1 Cada proposta deverá ser instruída com os seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:

- I. "Sou um operador económico";
- II. "Importar um DEUCP";
- III. "Carregar Documento" – Selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma eletrónica acinGov;
- IV. Selecionar o país do concorrente;
- V. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante.

No final, selecionar a opção "Imprimir" o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado pelo concorrente ou representante que tenha poderes para obrigar, e enviado junto aos documentos da proposta;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

- b) Declaração com indicação do preço contratual, elaborada em conformidade com o modelo constante do presente documento (Anexo 1);
- c) O preço total da proposta e as condições de pagamento (prestações mensais), de acordo com o ponto 4.5 do Caderno de Encargos;
- d) Lista de preços unitários a preencher na plataforma eletrónica. Todos os preços mencionados na proposta (unitários, intercalares e totais) devem ser apresentados com arredondamento até à 2.^a casa decimal;
- e) Plano de Trabalhos em Diagrama “Gantt” com a representação das principais atividades a desenvolver ao longo do prazo da prestação de serviços, incluindo a lista de meios humanos (por categorias profissionais), meios materiais e outros meios a afetar ao serviço e sua distribuição mensal (plano de mobilização) e correspondente plano de pagamentos.

O plano de mobilização dos meios humanos a que se refere o parágrafo anterior, incluirá todas as categorias e classes profissionais e o correspondente número de elementos que as constituem durante o tempo de execução da obra;

- f) Descrição pormenorizada de todas as tarefas que o Concorrente se propõe realizar no âmbito da prestação de serviços em consonância com o disposto no Caderno de Encargos;
 - g) Descrição do equipamento utilizado pelo Concorrente na presente prestação de serviços designadamente nas áreas de planeamento, controlo de qualidade, meios de transporte e comunicação, bases de dados, topografia, desenho assistido por computador, medições de trabalho e outras áreas que o Concorrente considere relevantes para a prestação de serviços;
 - h) Quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis para melhor esclarecimento dos atributos da proposta de acordo com os quais o Concorrente se dispõe a contratar, nos termos do número 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos;
- 5.2 O não cumprimento do disposto no n.º anterior é causa de exclusão da proposta.
- 5.3 Os documentos que constituem a proposta devem nos termos do disposto nos números 4 e 5 do artigo 50.º do CCP ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar. Para o efeito, o concorrente deverá juntar os documentos necessários para



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

- comprovar a existência de poderes para obrigar do(s) assinante(s) (certidão de registo comercial, procuração ou outro documento de mandato equivalente).
- 5.4 Na indicação de preço contratual, o Concorrente deve cumprir o disposto no número 4 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, não descurando o disposto no artigo 97.º do mesmo diploma.
- 5.5 Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o Concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do Concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.
- 5.6 Excetuam-se do disposto no ponto anterior, os catálogos técnicos, ou documentos equivalentes, que poderão ser apresentados em língua inglesa, francesa ou espanhola.
- 6. ASSINATURA ELETRÓNICA**
- 6.1 Sem prejuízo do disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, nomeadamente nos artigos 54.º e 68.º:
- a) Cada um dos documentos que constitui a proposta deve, antes do carregamento na plataforma e subsequente submissão, estar já assinado com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos das alíneas seguintes;
 - b) Os documentos elaborados ou preenchidos pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais;
 - c) Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete;
 - d) Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

de assinatura eletrónica do concorrente que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original;

- e) Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exigem processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente, processos de compressão, descompressão, agregação e desagregação (ex: ficheiro em formato .ZIP) a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem;
- f) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

6.2 O não cumprimento do disposto no n.º anterior é causa de exclusão da proposta.

7. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos Concorrentes de propostas variantes.

8. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas não serão objeto de negociação.

9. CAUÇÃO

Não é exigida caução nos termos previstos no artigo 88.º do CCP.

10. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas e demais documentos que as acompanham serão entregues pelos Concorrentes na plataforma eletrónica acinGOV, até às 17h00 do 33.º dia a contar da data do envio para publicação do anúncio do presente Concurso para o Diário da República.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

11. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os Concorrentes são obrigados a manter todas e quaisquer condições das respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

12. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade da avaliação do preço. Assim, a proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante é a do mais baixo preço.

13. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 13.1 No caso de haver propostas com o mesmo preço global, o desempate será efetuado a favor da proposta que apresentar o valor para o fiscal com menor diferença, em valor absoluto, relativamente ao valor médio do fiscal de todas as propostas admitidas.

$$\text{Valor médio} = \frac{\text{Proposta 1} + \text{Proposta 2} + \dots + \text{Proposta } n}{n}$$

- 13.2 Registando-se ainda um empate, as propostas serão classificadas em função de um sorteio a realizar nas instalações da DRE, em conformidade com o seguinte procedimento:

- a) No dia, local e hora marcada, o sorteio começará com a verificação da identificação dos representantes dos concorrentes, pelos elementos do Júri;
- b) Se não estiverem presentes os representantes de todos os concorrentes, aguardar-se-á um período de 15 minutos, findo o qual será considerada falta de comparecimento do concorrente que não se fizer representar. Ainda que nenhum dos concorrentes se faça representar o sorteio será sempre realizado na presença dos membros do Júri e do Diretor Regional de Estradas;
- c) De seguida, à vista de todos os presentes, o Presidente do Júri escreverá a designação de cada concorrente com proposta em situação de empate, cada um numa folha de papel. As folhas de papel devem ser de igual cor, tamanho e espessura e deverão ser dobradas de igual forma;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

- d) As folhas de papel são colocadas numa bolsa opaca e são agitadas. Um dos presentes, escolhido aleatoriamente, que não o Presidente do Júri, tira um dos papéis da bolsa e lê em voz alta e mostra a designação do concorrente. O desempate será favorável à proposta desse concorrente e havendo mais propostas empatadas proceder-se-á da mesma forma para estabelecer a ordenação das restantes propostas. Deverá ser lavrada Ata, assinada por todos os presentes.

14. POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DO AJUSTE DIRETO

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP, a entidade adjudicante pode adotar o ajuste direto quando se trate de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares ao objeto do presente contrato.

15. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

- 15.1 Considera-se que o preço resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando for, em 20% ou mais, inferior ao valor médio das propostas admitidas, não se contabilizando para esse efeito todas as propostas com preço superior ao preço base.
- 15.2 Quando, da aplicação da regra do número anterior, resultar a contabilização de 4 ou mais propostas para o cálculo do referido valor médio, não será também contabilizada para esse efeito a proposta de preço mais baixo (ou uma das propostas de preço mais baixo no caso de terem sido apresentadas mais do que uma proposta com esse mesmo valor).
- 15.3 Sempre que não seja possível aplicar os critérios referidos nos números anterior, considera-se que o preço resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando for, em 20% ou mais, inferior ao preço base.

16. ADJUDICAÇÃO E ENTREGA DE DOCUMENTOS

- 16.1 Notificado da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve:
- a) Apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os documentos de habilitação exigidos por lei e pelo presente Programa de Concurso;
 - b) Confirmar, se aplicável, no prazo de 15 (quinze) dias de calendário, os compromissos



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

- 16.2 No caso de o Adjudicatário ser um Agrupamento, este deverá, até à data da assinatura do contrato, entregar os documentos referidos no ponto 4.5.
- 16.3 Antes da assinatura do contrato, deverá o Adjudicatário entregar cópias das respetivas apólices de seguros estabelecidos no Caderno de Encargos, sob pena da adjudicação ficar sem efeito.

17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

- 17.1 O adjudicatário, após a notificação da decisão de adjudicação deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
- a) Declaração conforme o modelo constante do presente Programa do Concurso (Anexo 2);
 - b) Declaração relativa a Trabalhadores Imigrantes, nos termos Anexo 4 do Anexo 3 do presente Programa do Concurso, ou declaração de não aplicabilidade, consoante o caso;
 - c) Declarações, emitidas conforme o modelo constante do presente Programa do Concurso (Anexo 4) assinadas por cada um dos elementos da equipa técnica referidos na alínea r) infra, relativas ao compromisso de acompanharem assiduamente os trabalhos;
 - d) Identificação completa (através de cópia de Bilhete de Identidade/Cartão do Cidadão e indicação da residência da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, qualidade em que intervém(êm), com junção do(s) documento(s) que atribui poderes para o efeito);
 - e) Documento comprovativo atualizado de se encontrar regularizada a sua situação contributiva para com a Segurança Social ou código de acesso à mesma por via eletrónica;
 - f) Declaração comprovativa atualizada de que tem a sua situação tributária regularizada, passada pela Repartição de Finanças da sede do contribuinte, ou código de acesso à mesma por via eletrónica;
 - g) Certidão do Registo Comercial ou senha de acesso à Certidão Permanente;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

- h) Documento comprovativo de que os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa e que se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, não foram condenados por sentença transitada em julgado pela prática de algum dos crimes enunciados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação;
- i) Última Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira);
- j) Última Declaração de rendimentos e retenções residentes (modelo 10 e DMR);
- k) Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
- l) Anexo R da última declaração periódica do IVA;
- m) Cópia do Contrato de ACE ou Contrato de Consórcio Externo em Regime de Responsabilidade Solidária;
- n) Comprovativo da contratação dos seguros referidos no Caderno de Encargos;
- o) Original do documento de identificação bancária para onde serão efetuados os pagamentos. Este documento deverá ser emitido, assinado e carimbado pelo Banco;
- p) Fotocópia do número de pessoa coletiva;
- q) Registo criminal da empresa.
- r) Curriculum vitae dos membros da equipa técnica a afetar à fiscalização da obra, aplicável aos técnicos indicados nos pontos 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3 do Caderno de Encargos.
- s) Declaração válida de inscrição em associação profissional para o Diretor de Fiscalização de Obra.
- t) Comprovativo do curso de formação, no mínimo, de Nível III de qualificação profissional, na área de fiscalização de obras ou de construção civil, equiparado ao 12.º ano de escolaridade, aplicável ao técnico referido na cláusula 18.2.3 do Caderno de Encargos.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

- u) Comprovativo do curso de formação, no mínimo, de Nível III de qualificação profissional, na área de Topografia, equiparado ao 12.º ano de escolaridade, aplicável ao técnico referido na cláusula 18.2.4 do Caderno de Encargos.
 - v) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, que mencione todos os elementos da equipa a afetar à obra, e se os mesmos estão, ou não, integrados na empresa.
- 17.2 Até à data da celebração do contrato deverá o diretor de fiscalização de obra apresentar os seguintes documentos:
- a) O termo de responsabilidade a que se refere o n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, pela correta fiscalização da obra e pelo cumprimento das obrigações previstas no artigo 16.º do diploma referido (conforme minuta no Anexo 5);
 - b) Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil válido (se aplicável).
- 17.3 O Adjudicatário que considere que não preenche os requisitos para apresentação de algum ou alguns dos documentos referidos nas alíneas i) a l) do ponto 17.1, deverá obrigatoriamente apresentar, por quem obriga a entidade, declaração sob compromisso de honra, referindo expressamente essa situação.
- 17.4 Quando o Adjudicatário for constituído por um Agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP e no artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, devem ser apresentados por todos os seus membros;
- 17.5 Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário têm que ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o Concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 17.6 Caso o Adjudicatário tenha proposto a subcontratação parcial da empreitada, serão exigidos os mesmos documentos de habilitação às entidades subcontratadas.
- 17.7 De acordo com o n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados bem como a informação



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.

18. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO E PARA A SUPRESSÃO DE IRREGULARIDADES DOS MESMOS

- 18.1 Após a receção da notificação da adjudicação, o adjudicatário terá um prazo de 10 dias úteis para apresentar os documentos de habilitação solicitados na cláusula anterior e um prazo de 5 dias úteis para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.
- 18.2 Os documentos de habilitação devem ser apresentados na plataforma eletrónica.

19. ELEMENTOS DE PROJETO

É disponibilizado o Projeto de Execução da “Reconstrução da ER 209 entre os Sítios dos Salões e do Barreiro – Ponta do Sol” em formato não editável (pdf).

20. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa do Concurso aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e legislação complementar.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCESSÕES E PROJETOS

CPI/1/2021-DRE

CONCURSO PÚBLICO

“RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO - PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO”

ANEXOS



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

ANEXO 1

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL

... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem a prestação de serviços de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), no prazo de execução de ..., em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço contratual de € (..... euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pelo Órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto nos números 6 e 8 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supramencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor na Região Autónoma da Madeira.

Data...

Assinatura... ¹

¹ Assinatura do Concorrente ou seu representante.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHADORES IMIGRANTES

..... (nome do Adjudicatário), pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de com sede em representado(a) pelos Senhores e, na qualidade respetivamente de e (no caso de Agrupamento, identificação de todas as empresas que o constitui), declara para os devidos efeitos legais, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 198.ºA da Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto, que cumpre todas as obrigações legais relativamente a trabalhadores imigrantes utilizados na realização dos trabalhos de fiscalização da empreitada, designadamente a legislação laboral e as obrigações de declaração de rendimentos sujeitos a desconto respeitantes à Administração Tributária e à Segurança Social.

Data:

Assinatura:



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

ANEXO 3

(ANEXO II-M)

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação atual]

- 1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço dos Sítios da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.
- 3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

ANEXO 4

MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DOS MEMBROS DA EQUIPA TÉCNICA

..... (indicar nome do membro da equipa técnica), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Concurso relativo à prestação de serviços de (designação ou referência ao procedimento em causa), promovido pela Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, através da Direção Regional de Estradas, declaro sob compromisso de honra, que integrarei a equipa proposta pelo Adjudicatário (designação do Adjudicatário), para o desempenho da função de, e que acompanharei assiduamente os trabalhos de fiscalização da empreitada referida.

Declaro ainda que estarei afeto à empreitada acima referida até ao final da mesma, exceto nos casos de impossibilidade ou força maior, reconhecidos pela Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, através da Direção Regional de Estradas, nos termos previstos no Caderno de Encargos.

Local e Data

Assinatura do Declarante

Outra(s) Assinatura(s)

[assinaturas da pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) da pessoa coletiva com menção da qualidade em que assinam]



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

RECONSTRUÇÃO DA ER 209 ENTRE OS SÍTIOS DOS SALÕES E DO BARREIRO – PONTA DO SOL. FISCALIZAÇÃO

ANEXO 5

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DE OBRA

... (a), morador na..., contribuinte n.º..., inscrito na... (b) sob o n.º... (c), ... (d) declara para efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 7 do artigo 21.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, assumir a responsabilidade pela verificação da execução da obra em conformidade com o projeto admitido ou aprovado e as condições da licença ou autorização, em sede de procedimento administrativo, pelo cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como pelo cumprimento das obrigações previstas no artigo 16.º da presente lei, referente a fiscalização da obra denominada... (e), localizada no(s) concelho(s) de ... (f), cujo procedimento contratual público foi requerido pela Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas – Direção Regional de Estradas.

... (*Local*), ... (*Data*),

O Diretor de Obra,

...
(*Assinatura*)

Instruções de Preenchimento:

- (a) Nome e habilitação do Diretor de Obra.
- (b) Indicar organismo ou associação pública de natureza profissional.
- (c) N.º de inscrição na associação profissional.
- (d) Indicar se pertence ao quadro técnico e/ou pessoal da empresa.
- (e) Designação ou referência ao procedimento em causa.
- (f) Concelho(s) onde se insere o projeto.